

Moção de carácter específico

Referendar a Regionalização - um imperativo democrático

subscritores: Bernardo Marta, Diamantino Raposinho, Filipe Conceição, Jorge Pinto, Manuel Banza, Natércia Rodrigues Lopes, Patrícia Robalo, Pedro Gonçalves, Rodrigo Brito

A regionalização administrativa do território continental português é a grande reforma estrutural, prometida pelo regime democrático, que falta fazer. Apesar de prevista na Constituição desde 1976, a implementação das regiões administrativas em Portugal continental tem sido sucessivamente adiada.

As consequências deste adiamento estão à vista de todos: desde o abandono, por parte do Estado, dos territórios menos densamente povoados e periféricos, ao hipertrofismo das principais áreas metropolitanas, às desigualdades de oportunidades que esvaziam os territórios de gente que procura noutros lugares a sua realização pessoal e profissional.

O LIVRE defende a regionalização como um instrumento administrativo e político de justiça territorial e social e de renovação democrática. Por esta razão, e porque não nos contentamos com o adiamento de uma reforma fundamental para o desenvolvimento do país, temos proposto através de diferentes iniciativas, avançar com a regionalização.

Por isso, o LIVRE pode e deve desempenhar um papel preponderante a trazer para a agenda política este tema.

No seguimento das moções apresentadas no IX Congresso, em 2019, 'Concretizar a Regionalização', e no XII Congresso do LIVRE, em 2022, 'Por uma regionalização ecologista, igualitária e democrática', mas também da proposta programática para as eleições legislativas deste ano, em que defendemos que o referendo à Regionalização deve ocorrer durante a presente legislatura e/ou durante o ano de 2026, vimos reiterar, neste XIV Congresso do LIVRE, a importância da regionalização para o país e para o cumprimento da agenda verde e social transversal ao programa político do partido.

A criação de um poder regional democrático em Portugal continental contribuirá, seguramente, para renovar o sistema democrático português tornando-o mais ágil e autónomo em detrimento da actual centralização e hierarquia, criando um nível intermédio de decisão política mais próximo do território e da população que horizontaliza e medeia as relações entre o poder central e o poder

local, reforçando as cidades médias como pólos de desenvolvimento e coesão territorial, sustentabilidade ambiental e igualdade, e dando novo sentido e valor à diversidade de heranças culturais e económicas das regiões do país, conforme defende o nosso programa eleitoral para as eleições legislativas de 2024. Para que possamos finalmente concretizar a regionalização propomos que:

- A partir do debate que decorre no Círculo Temático Políticas Autárquicas e Regionais sobre o assunto, e recolhendo os contributos das restantes iniciativas do partido, que seja elaborado um livro branco pela Regionalização a fim de explicar o modelo que queremos e em que moldes deve ser preparado;
- O LIVRE promova um amplo debate nacional sobre a importância de descentralizar o poder político, elegendo órgãos regionais por sufrágio universal;
- Este debate seja feito em conjunto com as populações locais, organizações da sociedade civil, a academia, as autarquias locais, os partidos e movimentos políticos, as associações patronais e sindicais, incluindo através da realização de uma Assembleia Cidadã, com o objectivo de chamar ao debate um leque diversificado e representativo da população portuguesa;
- O LIVRE defenda na Assembleia da República a realização de um referendo nacional sobre a regionalização em 2026.